



INVESTIGAÇÃO

Reunião para blindar Flávio das rachadinhas

Segundo a PF, áudio mostra encontro entre Jair Bolsonaro e o então chefe da Abin, Alexandre Ramagem, para livrar o filho 01 do ex-presidente do inquérito sobre desvio de salários de funcionários. Corporação prende quatro suspeitos de disseminar fake news

» RENATO SOUZA
» LUANA PATRIOLINO

Na nova etapa da investigação sobre o uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em um esquema ilegal de espionagem, a Polícia Federal prendeu quatro suspeitos de atuarem no chamado gabinete do ódio no governo Bolsonaro. A corporação também disse ter localizado um áudio gravado pelo ex-diretor do órgão e atual deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), a respeito de uma reunião em que se discutiu a blindagem ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente, no inquérito sobre as rachadinhas.

No encontro, de acordo com as investigações, além de Ramagem, estavam o então presidente Jair Bolsonaro; seu ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno; e uma advogada de Flávio.

O relatório do inquérito, enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), destaca que a reunião ocorreu em 2020. Na ocasião, Flávio lidava com a acusação de ter se apropriado de parte do salário de funcionários do seu gabinete quando era deputado estadual do Rio. A suspeita teve início após o Conselho de Controle de Atividades Financeiras da Receita Federal apontar movimentações bancárias suspeitas do parlamentar.

Conforme a PF, na reunião, foram discutidas estratégias para tentar blindar Flávio de investigações. A gravação tem uma hora e oito minutos e está descrita no documento que foi enviado ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes. À época do encontro, o atual senador Sergio Moro (União-PR) era ministro da Justiça. Ele deixou a pasta acusando Jair Bolsonaro de tentar interferir na Polícia Federal para proteger os filhos. Uma investigação aberta sobre o caso concluiu que não era possível provar a interferência.

As investigações apontam que a chamada Abin Paralela seria usada para “encontrar poderes” de servidores da Receita Federal, para que eles fossem afastados, e isso fosse usado na defesa de Flávio. A ideia teria partido de Ramagem. A PF aponta que o esquema foi colocado em prática.

Conforme a corporação, Ramagem ressalta que “seria necessária a instauração de um procedimento administrativo contra os auditores da Receita, com o objetivo de anular a investigação, bem como a retirada de alguns auditores de seus respectivos cargos”. Na ação de ontem, a 6ª fase da Operação Última Milha, a PF prendeu preventivamente o policial federal Marcelo Bormevet e o militar do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues, que atuavam com Ramagem na Abin. Também foram detidos Richards Pozzer e Mateus de Carvalho Spósito, sob a suspeita de integrarem o chamado “gabinete do ódio”, que disseminava mentiras nas redes sociais contra adversário de Jair Bolsonaro. As ações ocorreram em Brasília, Curitiba, Juiz de Fora (MG), Salvador e São Paulo.

As diligências apontam que os envolvidos espionaram ministros do Supremo, jornalistas, advogados, personalidades e entidades que eram

AFP



O ex-presidente Jair Bolsonaro com o deputado Alexandre Ramagem, que foi chefe da Abin e é pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro



Relatórios teriam sido compartilhados para subsidiar Flávio no inquérito das rachadinhas e Jair Renan na apuração sobre tráfico de influência



Agora eu não posso correr atrás dos meus direitos, que isso é usado contra mim? Isso eu não vou aceitar”

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador

críticos ao governo da época.

Segundo as diligências, membros dos Três Poderes e jornalistas foram alvos de ações do grupo, incluindo a criação de perfis falsos e a divulgação de informações sabidamente falsas. Os investigadores ainda apontam que

“a organização criminosa também acessou ilegalmente computadores, aparelhos de telefonia e infraestrutura de telecomunicações para monitorar pessoas e agentes públicos”.

Entre os alvos, estavam o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que era visto como aliado de Bolsonaro; os ministros do STF Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli e Luiz Fux, entre outros (veja quadro). Todos foram vigiados de perto com uso do software israelense First Mile.

Procurado pelo **Correio**, Ramagem, que é pré-candidato à

prefeitura do Rio de Janeiro, não respondeu aos questionamentos. Jair Bolsonaro também não se manifestou. Já Flávio Bolsonaro afirmou que foi vítima de criminosos que acessaram seus dados na Receita Federal.

“Na ocasião em que eu fui vítima de criminosos que acessaram meus dados na Receita Federal, eles conseguem usar isso em uso da Abin para me auxiliar de alguma forma. Obviamente fui vítima de um crime cometido por pessoas dentro da Receita”, sustentou. Segundo o parlamentar, “isso tudo não tem a ver com a minha defesa jurídica na época que diz respeito a informações processuais”. “Portanto, nada a ver com qualquer coisa da Abin. Agora eu não posso correr atrás dos meus direitos, que isso é usado contra mim? Isso eu não vou aceitar”, completou.

Ameaça de atirar em Moraes

Dois integrantes da Abin Paralela, presos ontem, discutiram a possibilidade de acertar um tiro de fuzil na cabeça do ministro Alexandre de Moraes, do STF. O magistrado é o relator do inquérito que investiga um esquema de espionagem ilegal montado no órgão.

Na conversa interceptada pelos investigadores, o agente da PF Marcelo Araújo Bormevet e o militar do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues — ambos cedidos para a Abin, à época — defenderam o impeachment do magistrado e depois citaram que ele “merecia algo a mais”, em referência a assassinato.

“Esse careca tá merecendo algo a mais”, escreveu Rodrigues. Bormevet respondeu: “7.62”, fazendo referência a um tiro de fuzil. O militar do Exército ainda complementou: “Head shot”, que significa tiro na cabeça.

As investigações também

apontam que os agentes da Polícia Federal integrantes do esquema da Abin Paralela sabiam da chamada minuta do golpe. O documento, sem validade legal, tratava-se de um decreto que seria assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro para decretar estado de sítio e intervir na sede do TSE, com o objetivo de anular o resultado das eleições.

A minuta foi citada em diálogos mantidos entre Gomes Rodrigues e Bormevet. O policial federal pergunta ao militar do Exército a respeito do documento. “O nosso PR ‘imbrochável’ já assinou a p* do decreto?”. E recebe como resposta: “Assinou nada. Tá f* essa espera, se é que vai ter alguma coisa”.

A apuração ressalta, portanto, que pelo menos dois integrantes do grupo sabiam da minuta. (LP e RS)

Ações no caso de Jair Renan

Segundo a PF, a Abin Paralela fez ações clandestinas sobre todos os principais alvos do inquérito que mirou o filho 04 do ex-presidente Jair Bolsonaro, Jair Renan, por suposto tráfico de influência, hoje arquivado.

Os integrantes da equipe de arapongagem chegaram a afirmar que o sistema First Mile estava “fazendo falta” para poder monitorar Allan Lucena, ex-sócio de Jair Renan.

A avaliação da PF sobre a Abin Paralela e o caso Jair Renan se dá a partir dos diálogos mantidos entre o agente da PF Marcelo Araújo Bormevet e o militar Giancarlo Gomes Rodrigues, que atuavam no Centro de Inteligência Nacional da Agência Brasileira de Inteligência sob o comando de Alexandre Ramagem.

Segundo a Polícia Federal, a

“lamúria” sobre o First Mile ocorreu durante ação clandestina que “culminou na interferência da investigação” sobre Jair Renan. Giancarlo foi quem reclamou da falta do sistema e explicou o que faria se tivesse acesso ao mesmo. “Colocava para monitorar o dia inteiro e preferencialmente à noite e aí saberíamos os passos dele”.

Os diálogos mostram ainda que as diligências envolvendo Jair Renan partiram do ‘01’, segundo Bormevet. Ele pediu a Giancarlo que verificasse quais carros estavam em nome do filho 04 do presidente e também em nome de sua mãe.

Uma das suspeitas do inquérito sobre o possível tráfico de influência por parte de Jair Renan envolvia a informação de que ele teria ganhado um veículo de outro investigado.

Os espionados

Veja quem foram os alvos, segundo a PF

Judiciário

Ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux.

Legislativo

Deputados Arthur Lira (presidente da Câmara dos Deputados) e Kim Kataguiri (União-SP) e os ex-deputados Rodrigo Maia (então presidente da Câmara) e Joice Hasselmann. Senadores Alessandro Vieira (MDB-SE), Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Jornalistas

Monica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira, Pedro Cesar Batista.

Outros

Ex-governador de São Paulo João Doria, servidores do Ibama Hugo Ferreira Netto Loss e Roberto Cabral Borges, auditores da Receita Federal Christiano José Paes Leme Botelho, Cleber Homen da Silva e José Pereira de Barros Neto.

Os alvos presos

Marcelo Araújo Bormevet

Agente da Polícia Federal desde 2005, está suspenso desde janeiro, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, na Operação Vigilância Aproximada (etapa anterior da Última Milha). Também é alvo de investigação da Controladoria-Geral da União. Era chefe da Coordenação-Geral de Credenciamento de Segurança e Análise de Segurança Corporativa da Abin e trabalhava com credenciamento de segurança e pesquisa para nomeações.

Giancarlo Gomes Rodrigues

Militar do Exército que fazia parte do Centro de Inteligência Nacional (CIN) da Abin. Teria participado do monitoramento ilegal do advogado Roberto Bertholdo, próximo dos ex-deputados federais Rodrigo Maia e Joice Hasselmann.

Richards Pozzer

Artista gráfico indiciado na CPI da Covid por suposta disseminação de desinformação.

Mateus de Carvalho Spósito

Ex-assessor da Coordenação-Geral de Conteúdo e Gestão de Canais da Secretaria de Comunicação Institucional, também investigado na CPI da Covid.